



Número: **5002227-85.2023.8.13.0242**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Espera Feliz**

Última distribuição : **08/09/2023**

Valor da causa: **R\$ 6.000.000,00**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
PISCICULTURA VENTANIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (AUTOR)	
	EDUARDO LUCAS FERREIRA (ADVOGADO) MARIA ANGELINA ROCHA DE CARVALHO (ADVOGADO) LEONARDO AMORIM CARLOS DE SOUZA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10091342511	17/10/2023 09:47	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Espera Feliz / Vara Única da Comarca de Espera Feliz

Rua Fioravante Padula, 80, Espera Feliz - MG - CEP: 36830-000

PROCESSO Nº: 5002227-85.2023.8.13.0242

CLASSE: [CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

ASSUNTO: [Administração judicial]

AUTOR: PISCICULTURA VENTANIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

DECISÃO

Cuida-se de Pedido de Processamento de Recuperação Judicial aviado por Piscicultura Ventania Indústria e Comércio LTDA, qualificada ao Id. 9915314986.

Em síntese, aduz que o estado de crise iniciou em janeiro de 2020 em virtude das chuvas torrenciais que atingiram as cidades de Espera Feliz/MG e Alegre/ES e os reflexos gerados no processo de produção da sociedade empresária requerente.

Como exemplo, e assim registra na exordial, cerca de 80% dos tanques da rede foram totalmente distribuídos, com a consequente perda total da matéria-prima (400 mil alevinos e 1.100 mil peixes), o que se aproxima de 300 (trezentas) toneladas de peixe.

Em consequência dos prejuízos, viu-se obrigada a se socorrer de empréstimos bancários e firmar novas parcerias para manter a operacionalização das atividades, o que gerou abalo do fluxo de caixa.

Os efeitos da Pandemia COVID-19 agravaram a situação de fluxo de caixa e operacionalização, culminando na impossibilidade de aquisição de sua matéria-prima (peixes), a partir de julho/agosto de 2023, inclusive com redução considerável do quadro de pessoal.

O passivo gira em torno de 6 (seis) milhões de reais. Não há débitos trabalhistas e fiscais em aberto.

A possibilidade de soerguimento está ancorada no fôlego financeiro que advirá do recebimento de créditos tributários de PIS/COFINS, requeridos via PERDCOMP, a serem creditados a



partir de Agosto de 2023, que somado ao plano de recuperação exsurge possibilidade de reestruturação com manutenção da atividade e interesse de todos – funcionários, geração de riqueza, fornecedores etc.

Ao Id. 9920029485, recolhimento das custas e despesas de ingresso.

É o que interessa. **Fundamento e Decido.**

À luz do art. 48 e 51 da Lei nº 11.101/05, preenchidos os requisitos para processamento do pedido de recuperação judicial.

A presente recuperação judicial tem como objeto o passivo estimado em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), com ativos recuperáveis (Id. 9915313994) no importe de R\$ 2.144.661,28 (dois mil, cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos).

Do total do passivo, aproximadamente 70% corresponde a instituições financeiras (Id. 10083842914), sendo diminuto o número total de credores (relação outubro de 2023).

Em virtude dos contornos próprios, e dos parâmetros estabelecidos no art. 24 da LRF, estabeleço a remuneração do administrador judicial em 3% (três por cento) do valor devido aos credores, sem prejuízo de revisão e majoração do patamar fixado no curso da marcha processual, se necessário.

Será nomeada a Administradora Judicial Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral, OAB/MG 170.449, da Acerbi Compagnaro Colnago Cabral Administração Judicial, com atuação em centenas de processos no Estado de Minas Gerais.

Em relação à forma de pagamento, é de ser parcelado o valor inicial, correspondente a 60% (sessenta por cento) dos honorários, em 12 (doze) prestações mensais, e o faço considerando os ativos recuperáveis e indicados para o período de agosto de 2023.

DEFIRO o processamento da Recuperação Judicial de Piscicultura Ventania Indústria e Comércio LTDA, empresa de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 07.329.050/0001-66, com sede e domicílio na Fazenda Ventania S/N, Zona Rural no Município de Espera Feliz, MG.

Como consectário da recuperação judicial, **DEFIRO** a tutela de urgência requerida ao Id. 10020893950 para que a instituição financeira BANESTES se abstenha de debitar mensalmente na conta bancária da requerente, as parcelas provenientes do contrato – Cédula de Crédito Bancário – CCB nº 23-82723-00. **OFICIE-SE** a instituição financeira, dados ao Id. 10020893950, para conhecimento do processamento da recuperação judicial e teor desta decisão.

NOMEIO como administradora judicial Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral, OAB/MG 170.449, da Acerbi Compagnaro Colnago Cabral Administração Judicial, com endereço na Alameda Oscar Niemeyer, 1.033, conjunto 424, torre 4, Vila da Serra, Nova Lima/MG, e contato (31) 2115-6166, (31) 3879-2669. **À Secretaria** para cadastro como terceiro interessado e posterior publicação do ato de nomeação para dizer se aceita o encargo, no prazo de 5 (cinco) dias.

Caso seja aceita a nomeação, **EXPEÇA-SE** o termo de compromisso, **INTIMANDO-SE** para ser assinado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

FIXO a remuneração no importe de 3% (três por cento) do valor devido aos credores, sem prejuízo de revisão e majoração do patamar fixado no curso da marcha processual, se necessário, mediante parcelamento de 60% (sessenta por cento) dos honorários em 12 (doze) iguais prestações, sendo os 40% (quarenta por cento) restantes devidos após ultimado os trabalhos do administrador.

Determino a **SUSPENSÃO** de todas as ações ou execuções contra a autora, ressalvadas exceções de lei, por **180 (cento e oitenta) dias**, cuja contagem fixa-se em dias úteis, pois predomina seu caráter processual, aplicando-se o disposto no art. 219 do Código de Processo Civil.



INTIME-SE a autora para que apresente contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, incluindo os esclarecimentos e demais documentos eventualmente solicitados pelo administrador judicial ou perito, até o décimo dia útil de cada mês, sob pena de destituição de seus administradores, **ADVERTINDO-SE** de que no curso do processo não poderá alienar, arrendar ou onerar bens, salvo estoque, nem alienar ou ceder / transferir cotas sociais ou mudar o administrador / gestor sem prévia ciência e autorização do Juízo da recuperação judicial, nem também efetuar pagamentos antecipados ou com privilégio para alguns credores em detrimento de outros.

INTIME-SE o Ministério Público e **COMUNIQUE-SE** por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o autor tiver estabelecimento.

Publique-se o **EDITAL** nos termos do art. 52, §1º, Lei nº 11.101/05, requisitando-se à autora, para tanto, no prazo de 5 (cinco) dias, a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito.

OFICIE-SE à JUCEMG comunicando o teor da presente decisão, devendo ser acrescido ao nome da empresa autora a expressão “*em recuperação judicial*”.

Cumpra-se.

Espera Feliz, data da assinatura eletrônica.

MATEUS LEITE XAVIER

Juiz(íza) de Direito

Vara Única da Comarca de Espera Feliz

